



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 27 de novembro de 2012

<b>A CRITICA</b> Taiwan busca parcerias na indústria de alta tecnologia no Amazonas ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Governo autoriza produção do iPhone 5 no Brasil ..... 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Em cinco anos, parte da indústria mais que dobrou rendimentos do trabalhador..... 3 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Possibilidade de sanção do projeto fez Cabral se mexer ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> A indústria devia ser mais cautelosa com a MP 579 ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Brasil perde a 'guerra do câmbio' na OMC..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Planalto não gostou do confronto com os demais Estados ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Ciência sem Fronteiras é alvo de ação judicial ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA MDIC</b> Quarta semana de novembro tem superávit de US\$ 428 milhões ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADÃO</b> A diplomacia dos Estados da Federação..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Rio se une para cobrar veto de Dilma à divisão dos royalties..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>A CRITICA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Taiwan busca parcerias na indústria de alta tecnologia no <u>Amazonas</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**O interesse, principal, é em explorar o potencial de sementes com aplicação medicinal e investimentos na indústria de informática e de alta tecnologia do Polo Industrial de Manaus**

**Manaus (AM), 26 de Novembro de 2012**

**ACRITICA.COM**

O embaixador fica em Manaus até esta terça-feira (27) a fim de sondar parcerias. (Odair Leal)

“Aqui é um Estado em desenvolvimento próspero. Posso sentir uma atmosfera de atividade econômica. O Amazonas será um dos estados mais ricos e prósperos do Brasil”, afirmou com entusiasmo o embaixador de Taiwan no país, Jorge Guang-pu Shyu, em visita a redação de A Crítica, nesta segunda-feira (26). O embaixador fica em Manaus até esta terça-feira (27) a fim de buscar parcerias.

De acordo com ele, o interesse maior para investimentos está na indústria de informática e de alta tecnologia do Polo

Industrial de Manaus. Shyu esteve durante esta manhã com uma das oito empresas que já tem laços firmados. “Faremos outras parcerias no futuro. Somos complementares servem para o Estado do Amazonas e também traz vantagens para nós”, acrescentou.

O embaixador disse ainda que dentro das parcerias estão valores culturais, educacionais agregados. “No Brasil temos parcerias importantes com várias universidades que promovem intercâmbios com aulas de mandarim, o que é importante para uma sede da Copa de 2014”, ressaltou.

Outro ponto de interesse é firmar parcerias e explorar o potencial de sementes da região. De acordo com ele, as riquezas da floresta são elementos indispensáveis para as medicinais tradicionais. A responsabilidade com o meio ambiente também foi lembrada pelo embaixador. “Queremos contribuir com os países que são conscientes. Temos que cuidar e manter o clima para as futuras gerações. Investiremos em alta tecnologia, em produção industrial limpa”, concluiu.



VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>Governo autoriza produção do iPhone 5 no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**São Paulo – A Foxconn recebeu autorização do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para começar a fabricação do iPhone 5 na sua unidade de Jundiaí, em São Paulo. As informações são do site Veja.com.**

A chegada do novo smartphone às lojas do País não está condicionada a sua fabricação em solo nacional. Os primeiros aparelhos a serem vendidos por aqui costumam vir das fábricas chinesas da Foxconn.

O iPhone 5 encontra-se homologado pela Anatel desde 8 de outubro. A Apple brasileira ainda não divulgou a data de lançamento do produto no País.

Uma vez que comece a ser produzido aqui, o iPhone 5 poderá custar mais barato. Para isso, precisa entrar em vigor a desoneração de smartphones produzidos no Brasil sob a chamada Lei do Bem. A medida foi sancionada pelo Governo Federal em 18 de setembro e aguarda decreto presidencial para ser regulamentada. Com ela, os preços podem cair em até 25%.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Em cinco anos, parte da indústria mais que dobrou rendimentos do trabalhador</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

**Manaus** - Em cinco anos, os rendimentos dos trabalhadores de parte da indústria instalada em **Manaus** mais que dobraram. Neste período, o maior aumento foi dado aos trabalhadores das editoras e gráficas, com uma variação de 176%, uma média de 35% ao ano, seguido dos empregados das fabricantes de materiais de limpeza e velas, com alta de 137%. No geral, a média dos 22 subsetores cresceu 37% no período, passando de R\$ 2.551,82 para R\$ 3.512,73.

Os dados são da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**). De acordo com a entidade, as editoras e gráficas da capital amazonense empregam 842 funcionários. Para eles, o rendimento médio, que inclui salários, encargos e benefícios, é de R\$ 4.925,30, número que era R\$ 1.782,96, em 2007.

O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do **Amazonas** (Sindusgrafam), Roberto Caminha Filho, afirmou que, historicamente, o setor tem reajustado os salários dos empregados em um ponto percentual acima do índice da inflação.

Até 2010, os gastos com salários, encargos e benefícios da mão de obra das editoras e gráficas não ultrapassavam R\$ 1,6 milhão. Foi somente no ano passado que os pagamentos aos funcionários atingiram R\$ 2 milhões, saltando para R\$ 4,1 milhões em setembro deste ano. "Em dezembro nos reuniremos de novo para tratar do aumento para o ano que vem", disse Roberto Caminha Filho.

O rendimento médio dos trabalhadores do subsetor de material de limpeza e velas passou de R\$ 1.057,14, em

2007, para R\$ 2.506,67 este ano. Considerando apenas os salários, o aumento foi de 176,4%, ao sair dos R\$ 525,71, há cinco anos, para R\$ 1.453,33.

No setor naval, a evolução dos rendimentos foi de 117,3% e levando os ganhos dos trabalhadores para a média de R\$ 3.591,25, valor que há cinco anos era de R\$ 1.652,72.

#### Salário médio

Considerando apenas os salários, os funcionários da indústria de produtos de limpeza conseguiram deixar a média salarial de R\$ 525,71, em 2007, para R\$ 1.453,33, representando um aumento de 176,4%. No subsetor de produtos alimentícios, em cinco anos, o aumento salarial foi de 57,3%, fazendo a média salarial chegar a R\$ 1.350,23.

"Cada vez mais precisamos de profissionais capacitados e, para contrata-los, é preciso aumentar os salários", disse o presidente do Sindicato da Indústria de Alimentação e Bebidas de **Manaus** (Siamam), Carlos Rosas.

Entre os 22 subsetores da indústria, apenas o de isqueiros, canetas e barbeadores apresentou queda nos rendimentos médios. Enquanto em 2007, os ganhos eram de R\$ 4.951,28, este ano estão em R\$ 4.539,89 - queda de 8,3%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Possibilidade de sanção do projeto fez Cabral se mexer</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## O Estado de S.Paulo

**Bastidores: Alfredo Junqueira, Felipe**

**Werneck, Sabrina Valle e Sergio Torres**

A manifestação "Veta, Dilma" foi decidida depois que o governador Sérgio Cabral teve informação reservada de que a presidente Dilma Rousseff considerava a hipótese de sancionar o projeto de lei que compartilha a quantia dos royalties entre Estados e municípios produtores e não produtores.

Na tentativa de pressionar a presidente, Cabral, que evitava falar em atos públicos, mudou de ideia há duas semanas. Fez contatos com entidades como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), concessionários de serviços públicos e prefeituras. E anunciou a manifestação.

Após o ato, o governador, em entrevista, admitiu pela primeira vez que existe a possibilidade de a presidente não vetar integralmente o projeto e o Rio e o Espírito Santo sofrerem perdas parciais de receitas dos royalties. "O Congresso Nacional a gente respeita", disse o governador, que voltou a defender o não rompimento de contratos assinados, pois abriria "um precedente perigosíssimo".

O governador evitou críticas ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que, convidado, não veio ao Rio. Segundo ele, foi "muito bem representativa" a presença do secretário de Energia de São Paulo, José Aníbal.

Cabral repetiu a fala da semana passada, quando reconheceu que os Estados não produtores têm o direito de reivindicar uma maior participação na partilha dos royalties. "O Rio é solidário, não quer tirar benefícios de outros Estados", disse ele, citando como exemplos de benefícios federais a **Zona Franca** de **Manaus** e financiamentos ao Nordeste.

Enquanto o Rio, Espírito Santo e São Paulo se organizam para pressionar pelo veto ao projeto de lei, os demais Estados também se unem em favor da sanção da medida e da redistribuição dos recursos. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, disse que municípios estão se mobilizando pelo projeto, enviando telegramas ao Planalto e promovendo atos.

Segundo ele, o Rio está promovendo um "tumulto emocional" e divulgando uma "série de mentiras" para tumultuar o processo. Ziulkoski declarou ainda que sabe que a presidente trabalha com duas possibilidades: sancionar o projeto e deixar o Rio tentar reverter sua derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) ou vetar o projeto parcialmente, derrubando os pontos cobrados pelos Estados produtores, e enviar uma medida provisória para compensar os demais Estados e municípios com outras receitas - neste caso, a CNM se mobilizaria para derrubar o veto da Presidência no Congresso.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A indústria devia ser mais cautelosa com a MP 579</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### O Estado de S.Paulo

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestaram seu apoio sem restrições à Medida Provisória (MP) 579, que prevê uma redução entre 16% e 20% do preço da energia elétrica nas novas concessionárias e admite renovar as concessões que vençam mais tarde desde que aceitem se comprometer com os novos preços da energia. É compreensível o entusiasmo dos empresários industriais diante de uma queda tão **importante** nos preços da energia, considerados de fato abusivos. No entanto, parece-nos que entidades de classe como a Fiesp e a CNI deveriam posicionar-se em favor da medida, mas apresentando algumas restrições de grande importância, diante do modo como o governo apresentou seu projeto. O fato de a MP 579 ainda não ter sido aprovada pelo Congresso devia ser visto como uma oportunidade para corrigi-la, pois ela consolida o intervencionismo estatal no setor e não leva em conta algumas exceções.

Bastou apenas a divulgação do texto elaborado pelo Executivo para que se desencadeasse uma violenta queda do preço das ações das empresas vinculadas ao setor. É um efeito que suscita algumas incertezas num setor que tanto depende da Bolsa de Valores para se capitalizar e que teve também, por consequência, uma violenta queda do valor e das cotas de vários fundos de ações.

O que nos parece ainda essencial é que a MP 579 inclui algumas intervenções e desrespeitos a contratos que dificilmente entidades de classe empresariais poderiam apoiar sem manifestar suas restrições.

Pode-se admitir que o governo tenha o direito de exigir ou propor, na prorrogação ou renovação das concessões, uma queda do preço da energia. Nossa restrição, neste caso, seria apenas quanto à necessidade de examinar alguns casos em que a rentabilidade dos investimentos realizados, levando em conta sua dimensão, não foi tão elevada quanto se presume. Achamos que teria sido necessário discutir esses casos especiais.

Essa mesma necessidade se verifica no caso da indenização oferecida a empresas que ainda não esgotaram o prazo previsto para a concessão. Apesar da oferta do governo de indenizá-las, trata-se de uma violência jurídica, na medida em que se encurta o prazo da concessão sem acordo entre as partes. O problema é agravado quando se verifica que o valor da indenização não cobre o tempo necessário para a amortização dos investimentos realizados. São aspectos que as entidades da indústria deveriam ter levado em conta.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil perde a 'guerra do câmbio' na OMC</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**China, EUA e Europa reiteraram que tema cambial é responsabilidade do FMI e não da Organização Mundial do Comércio como defendia Dilma**

**Jamil Chade**

Lideradas pela China, as principais potências comerciais praticamente enterraram a ideia do Brasil de criar uma tarifa de importação para compensar a valorização do real e promoveram duro golpe contra as pretensões do governo de Dilma Rousseff de colocar o assunto na agenda internacional de forma permanente.

Ontem, na Organização Mundial do Comércio (OMC), Pequim alertou que o projeto do governo poderia "afundar o sistema multilateral do comércio". Outros países o qualificaram como "campo minado". Estados Unidos e Europa alertaram que o tema cambial é responsabilidade do FMI, não da OMC.

O Brasil apresentou a proposta para que a OMC comece a lidar com os desequilíbrios cambiais, alegando que a valorização do real e a desvalorização manipulada por alguns governos prejudicam as exportações nacionais. O tema virou uma das bandeiras do governo no cenário internacional.

No médio prazo, a esperança do governo é de que países possa se levar tarifas de importação quando sua moeda sofrer forte valorização. Mas, de forma estratégica, o governo brasileiro evitou uma apresentação formal da criação do mecanismo e só sugeriu que membros da entidade debatam o formato que poderia ter o novo mecanismo. "Estamos abertos a todas as ideias", declarou Roberto Azevedo, embaixador do Brasil na OMC. "Não estamos propondo nada, apenas colocando ideias sobre a mesa".

Nem assim Azevedo conseguiu dissipar o movimento contrário. O primeiro país a atacar foi a China. Zhu Hong, vice-embaixador chinês, disse que rejeita qualquer debate sobre o assunto e que a OMC não é local adequado. "Seria um equívoco tentar lidar com isso com medidas comerciais".

Mostrando impaciência, o chinês se queixou de que a reunião já era a quarta sobre o assunto e que, até agora, o único consenso é de que adotar um nova barreira apenas complicará o assunto e vai ferir o sistema comercial.

"Criar qualquer tipo de taxa nova seria medida extremista", disse um diplomata chinês. Os chineses não querem o estabelecimento de um novo mecanismo que justifique barreiras ao comércio. Pequim, alvo de dezenas de barreiras pelo mundo, também não quer o estabelecimento de novo fórum permanente para servir de plataforma para que o governo americano ataque a manipulação da moeda local, acusada de ser responsável pela expansão da exportação da China.

Inundação. Para Pequim, os problemas que o real enfrenta vêm da inundação de dinheiro no mercado promovido pelos EUA, Europa e Japão nos últimos anos. A atitude dos países ricos, segundo a China, é irresponsável. "Por isso, o caminho correto para resolver esse problema é aumentar a coordenação entre países. Portanto, o tema deve ficar restrito ao FMI", defendeu o diplomata chinês.

Europa e EUA sugeriram um debate mais amplo antes que o mecanismo de compensação seja pensado. Na linguagem diplomática, significa não fazer nada.

Para os europeus, não se pode comparar o valor entre duas moedas, já que a produção hoje é globalizada e um só produto tem peças vindas de várias partes do mundo, cada qual com sua moeda. Essa realidade, segundo os europeus, complicaria o debate sobre o câmbio. Já Washington rejeitou a ideia de novas tarifas.



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Planalto não gostou do confronto com os demais Estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### O Estado de S.Paulo

#### Bastidores: Tânia Monteiro

O Palácio do Planalto não gostou do confronto deflagrado pelo governador do Rio, Sérgio Cabral, que liderou ontem manifestação pedindo que a presidente Dilma Rousseff vete a lei aprovada pelo Congresso que altera a distribuição dos royalties do petróleo.

Na avaliação de interlocutores do governo, a passeata soou como desafio aos demais Estados, que defendem a manutenção do texto e aumentaram a pressão sobre o Planalto. A presidente Dilma, no entanto, ainda não decidiu o que vai fazer em relação ao texto, que ela tem até sexta-feira para sancionar.

Os últimos acontecimentos políticos acabaram atrasando a avaliação que a presidente pretendia começar a fazer ontem sobre o texto do projeto de lei aprovado .

Por causa do escândalo que envolveu a ex-chefe do escritório da Presidência em São Paulo, Rosemary Nóvoa de Noronha, e os desdobramentos políticos dos envolvidos no caso, a presidente poderá cancelar viagem para a reunião do Unasul, em Lima, no Peru, prevista para sexta-feira.

Assim, teria mais tempo para decidir sobre a questão já que, na quarta-feira, estará na Argentina, para participar de um congresso com empresários dos dois países. Se mantivesse a viagem ao Peru, teria de sancionar o texto na quinta-feira, tempo que foi considerado muito escasso para a análise dos prós e contras da manutenção ou veto do texto.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ciência sem Fronteiras é alvo de ação judicial</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Universitários contestam corte de mais de 20 cursos de Humanas no programa de bolsas**

**DAVI LIRA, CLARICE CUDISCHEVITCH, ESPECIAL PARA O ESTADO - O Estado de S.Paulo**

Depois do corte de mais de 20 cursos da área de Humanas na chamada mais recente do edital do programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), três estudantes, representando mais de 2 mil universitários de todo o País, resolveram entrar com ações judiciais contra o veto. Já foram acionadas as Procuradorias da República no Ceará, Alagoas e no Distrito Federal.

Publicidade, Artes Plásticas, Cinema e Jornalismo e também carreiras das áreas de saúde, como Enfermagem e Fisioterapia, foram excluídos da lista de cursos contemplados pelo programa na área da Indústria Criativa. Foi nela que mais de mil alunos de Humanas conseguiram encontrar uma forma de participar do CsF, cujo foco principal é a área tecnológica.

Segundo o procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, a retificação nessa segunda chamada do edital - com inscrições abertas a partir de hoje - deveria ser feita com base em um novo edital. O procurador ingressou ontem com

uma ação na Justiça Federal. "O **Ministério** da Educação vai ser autuado hoje e terá até sexta-feira para prestar esclarecimentos", diz.

No entanto, segundo Jorge Guimarães, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - um dos órgãos responsáveis pelo CsF -, a medida é "irreversível". "Cada chamada é um edital novo. Não teríamos a quem informar previamente."

Mas os estudantes afetados alegam que o edital é apenas um, com cronograma de inscrições em dois momentos, nos meses de agosto e novembro.

"Esperamos uma nova posição do governo", afirma a estudante de Fisioterapia da USP Takae Kitabake, que já gastou R\$ 1,8 mil com curso de inglês e certificação no idioma.

A estudante de Publicidade da Universidade Federal de Pernambuco Jéssica de Brito se mostra decepcionada. "Senti que o meu curso foi absolutamente desrespeitado", diz. Os estudantes já lançaram um abaixo-assinado com quase 3 mil assinaturas, que será entregue à Capes.

	VEÍCULO <b>ASSESSORIA MDIC</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Quarta semana de novembro tem superávit de US\$ 428 milhões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Saldo no mês é de US\$ 367 bilhões

Brasília (26 de novembro) – A quarta semana de novembro, com cinco dias úteis (19 a 25), teve saldo positivo na balança comercial de US\$ 428 milhões, com média diária de US\$ 85,6 milhões. A corrente de **comércio** (soma das **exportações** e **importações**) foi de US\$ 8,252 bilhões, com resultado por dia útil de US\$ 1,650 bilhão.

As **exportações**, no período, foram de US\$ 4,340 bilhões, com média diária de US\$ 868 milhões, que é 24,3% inferior à média de US\$ 1,147 bilhão, registrado até a terceira semana do mês. Neste comparativo, houve retração nas **exportações** das três categorias de produtos. Entre os manufaturados (-34,3%), o recuo foi devido, principalmente, a autopeças, açúcar refinado, automóveis de passageiros, veículos de carga, laminados planos, motores e geradores elétricos, e tratores. Nos básicos (-21,6%), a queda foi influenciada por petróleo em bruto, milho em grão, carne de frango e bovina, café em grão, algodão em bruto, soja em grão, e fumo em folhas. Entre semimanufaturados (-3,9%), houve redução, especialmente, nas vendas de açúcar em bruto, celulose, ferro-ligas, semimanufaturados de ferro e aço, e couros e peles.

Na quarta semana de novembro, as **importações** foram de US\$ 3,912 bilhões, com resultado médio diário de US\$ 782,4 milhões. Na comparação com a média até a terceira semana do mês (US\$ 1,153 bilhão), houve retração de 32,1%, explicada, principalmente, pela redução nos gastos com combustíveis e lubrificantes, adubos e fertilizantes, siderúrgicos, aparelhos eletroeletrônicos, químicos orgânicos e inorgânicos, e plásticos e obras.

### Mês

Nos 15 dias úteis de novembro, as **exportações** somaram US\$ 15,812 bilhões, com média diária de US\$ 1,054 bilhão, resultado 3,2% abaixo ao de novembro de 2011 (US\$ 1,088 bilhão). Houve queda das **exportações** dos produtos semimanufaturados (-8,7%), em consequência de embarques menores de óleo de soja em bruto, ferro fundido, alumínio em bruto, semimanufaturados de ferro e aço e açúcar em bruto. Entre os básicos (-7,6%), a retração foi devida, principalmente, a soja em grão, café em grão, minério de

ferro, fumo em folhas, algodão em bruto e carne de frango. Por outro lado, cresceram as vendas de manufaturados (5,4%), em razão de plataforma de perfuração e exploração de petróleo, óleos combustíveis, laminados planos, aviões, açúcar refinado, hidrocarbonetos, e motores e geradores elétricos.

Em relação à média diária de outubro deste ano (US\$ 989,2 milhões), as **exportações** tiveram aumento de 6,6%, com crescimento nas vendas de produtos básicos (10,7%) e manufaturados (5,9%), enquanto decresceram as **exportações** de semimanufaturados (-1,6%).

As **importações** do período chegaram a US\$ 15,445 bilhões e registraram média diária de US\$ 1,029 bilhão. Houve recuo de 2,9% na comparação com a média de agosto do ano passado (US\$ 1,060 bilhão). Neste comparativo, verificou-se diminuição nas despesas, principalmente, com veículos automóveis e partes (-21,7%), equipamentos mecânicos (-16,4%), siderúrgicos (-14,4%), aparelhos eletroeletrônicos (-9,8%), farmacêuticos (-7,5%) e adubos e fertilizantes (-4,8%).

Na comparação com a média de outubro de 2012 (US\$ 823,9 milhões), houve aumento de 12,7%, devido a aquisições maiores de combustíveis e lubrificantes (103,5%), aeronaves e peças (24%), cobre e suas obras (21,2%), veículos automóveis e partes (10,5%), e químicos orgânicos e inorgânicos (9,4%).

O superávit em novembro está em US\$ 367 bilhões (média diária de US\$ 24,5 milhões). A média diária do saldo no mês está 14,3% inferior a de novembro do ano passado (US\$ 28,6 milhões) e 67,6% menor que a de outubro deste ano (US\$ 75,4 milhões).

A corrente de **comércio** mensal alcançou US\$ 31,257 bilhões (resultado diário de US\$ 2,083 bilhões). Pela média, houve queda de 3% no comparativo com novembro do ano passado (US\$ 2,148 bilhões) e aumento de 9,5% na relação com outubro último (US\$ 1,903 bilhão).

### Ano

De janeiro à quarta semana de novembro deste ano (226 dias úteis), as vendas ao exterior totalizaram US\$

218,172 bilhões (média diária de US\$ 965,4 milhões). Na comparação com o desempenho diário do mesmo período de 2011 (US\$ 1,022 bilhões), as **exportações** caíram 5,6%. As **importações** foram de US\$ 200,434 bilhões, com resultado médio diário de US\$ 886,9 milhões. O valor está 2,1% abaixo da média registrada no mesmo período de 2011 (US\$ 906,2 milhões).

No acumulado do ano, o saldo positivo da balança comercial chega a US\$ 17,738 bilhões, com o resultado médio

diário de US\$ 78,5 milhões. No mesmo período de 2011, o superávit foi de US\$ 26,3 bilhões, com média de US\$ 116,4 milhões. Pela média, houve diminuição de 32,6% no comparativo entre os dois períodos. A corrente de **comércio** soma, em 2012, US\$ 418,606 bilhões, com média diária de US\$ 1,852 bilhão. O valor é 4% menor que a média aferida no mesmo período no ano passado (US\$ 1,928 bilhão).

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A diplomacia dos Estados da Federação</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **RUBENS BARBOSA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FIESP - O Estado de S.Paulo**

Numa Federação, como o Brasil, o equilíbrio entre o poder central e os Estados está regulado pela Constituição, mas sempre surgem questões específicas que desafiam esse equilíbrio e apresentam problemas e conflitos de interesses muitas vezes de difícil solução. Alguns casos recentes, como a guerra tributária dos portos e a distribuição dos royalties do pré-sal, além da questão da criação de um imposto de valor agregado em substituição a um imposto estadual, o **ICMS**, são exemplos expressivos dessa dificuldade.

A formulação e a execução da política externa é, segundo a Constituição, de competência exclusiva do **Governo Federal**, por intermédio do Itamaraty. Algumas iniciativas isoladas de Estados que assinaram diretamente acordos internacionais claramente se chocaram com a competência exclusiva do **Ministério** das Relações Exteriores (MRE). A maior projeção externa do País e o crescimento da economia brasileira fizeram com que aumentassem o número de altos dignitários no **Brasil** e os contatos com o exterior em todos os níveis, federal, estadual e mesmo municipal.

Com a globalização, as facilidades de comunicação e de transportes, outra área passou a ser afetada pelos crescentes contatos externos dos Estados federativos: a política externa. Levando em conta as transformações por que passam as relações internacionais, em função da interdependência financeira e sobretudo comercial, as relações entre o governo de Brasília e os Estados e municípios passaram a requer um permanente diálogo, de troca de informações e de consultas, para maior coordenação e maior harmonia nos diversos níveis de relacionamento externo do Brasil.

A descentralização política, depois de 1985, o processo de integração **regional**, principalmente com a criação do **Mercosul**, em 1991, e a abertura e a estabilidade econômicas, iniciadas nos anos 1990, foram alguns dos principais fatores que contribuíram para a emergência da diplomacia federativa no Brasil.

Desde 1997, o Itamaraty decidiu abrir escritórios regionais para trabalhar com os Estados mais de perto e de forma mais coordenada. Hoje há representação do MRE em

oito Estados - **Amazonas**, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Nos últimos 30 anos, a começar pela iniciativa do governador Leonel Brizola no Rio em 1985, começaram a ser criadas Secretarias de Relações Internacionais no chamado nível subnacional, isto é dos Estados. Hoje todos os Estados da Federação, com exceção do Maranhão, mantêm um setor do governo voltado para os contatos externos. Alguns Estados estabeleceram escritórios no exterior, como a Bahia e o Pará. Além destes, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul têm planos para abrir delegações no exterior neste ano.

Visitantes estrangeiros buscam contatos com os Estados depois de manterem entendimentos com Brasília. Compromissos internacionais, especialmente em questões relacionadas com **comércio** exterior e meio ambiente, muitas vezes encontram problemas de execução em vista de normas estaduais. Os impostos estaduais, como o **ICMS**, têm sido obstáculos à abertura de **mercados** para produtos estrangeiros, muitas vezes influenciando em sentido contrário aos esforços do **Governo Federal**.

A inexistência de um marco jurídico de cooperação internacional descentralizada, contudo, tende a dificultar a coordenação das ações internacionais dos Estados com o governo central. Nesse contexto, o Estado de São Paulo inovou ao estabelecer, em abril de 2012, um plano de atuação internacional, denominado São Paulo no Mundo: Plano de Relações Internacionais 2011-2014.

Esse plano estabelece três objetivos gerais, que delineiam os eixos orientadores das relações internacionais do governo estadual, 16 prioridades setoriais e 54 metas específicas quantificáveis, definidas por todas as secretarias estaduais. Os três objetivos gerais são: elevar o nível de participação do Estado de São Paulo no contexto da intensificação do papel **regional** e global do Brasil; contribuir para a governança democrática e o **desenvolvimento** de parcerias entre os povos; e promover o **desenvolvimento** sustentável do Estado de São Paulo, harmonizando os seus pilares econômico, social e ambiental e garantindo o bem-estar das futuras gerações.

Discutido desde o início com o Itamaraty, o plano paulista é o primeiro dessa natureza no **Brasil** - e um dos primeiros em nível global - e se justifica pela importância do mais **importante** Estado da Federação no cenário internacional. Com um produto interno bruto (**PIB**) de US\$ 798 bilhões, o Estado é a 18.ª maior economia do mundo e a segunda maior da América do Sul, depois do Brasil. Se comparado com outras regiões, São Paulo é a 7.ª mais rica, atrás de Estados nos EUA (Califórnia, Texas, New York), na China (Guangdong e Jiangsu) e no Japão (Tóquio). Das 20 maiores empresas do mundo, 14 têm escritórios de representação em São Paulo. Muitos Estados norte-americanos e regiões europeias também estão representados na capital paulista.

Com a presença do ministro Antonio Patriota, que registrou a cooperação e a coordenação do Estado de São Paulo com o **Governo Federal** na área internacional, o governador Geraldo Alckmin pôs em vigência o plano. Dando seguimento a medidas concretas para implementar da melhor

maneira possível o Plano de Relações Internacionais, o governo de São Paulo e a Fiesp assinaram recentemente convênio para melhor coordenarem as ações de promoção comercial, de missões comerciais ao exterior e de recepção de autoridades que visitem nosso Estado.

A diplomacia federativa responde aos desafios da globalização e da conveniência de descentralização do poder público. São Paulo e o **Governo Federal** deram os primeiros passos concretos nessa direção.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Rio se une para cobrar veto de Dilma à divisão dos royalties</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Governador Sérgio Cabral, prefeito Eduardo Paes, políticos e artistas comandaram a manifestação contra o projeto, aprovado na Câmara, que vai gerar perdas de R\$ 77 bilhões para os cofres do Rio de Janeiro**

**Prefeitos e deputados estão confiantes com veto ao projeto dos royalties**

**Jovens, artistas e políticos participaram ontem no Rio de ato contra a distribuição os ganhos com petróleo**

**Aurélio Gimenez, do Jornal O Dia**

Caravanas de diferentes municípios se concentraram na tarde de ontem no Centro do Rio para o ato contra a divisão dos royalties do petróleo. A maioria dos prefeitos e deputados está confiante de que a presidente Dilma Rousseff irá vetar o projeto que divide o dinheiro gerado pela **produção** a todos os estados. O ato contra a divisão dos royalties do petróleo, que está sendo chamado de “veta, Dilma”, começou por volta das 16h30 com a chegada do governador Sérgio Cabral (PMDB), acompanhado de uma comitiva, no centro do Rio. Estavam com ele o prefeito Eduardo Paes (PMDB), o governador do Espírito Santo Renato Casagrande, os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Lindberg Farias (PT-RJ), entre outros políticos e autoridades. As escolas de samba também estão presentes na manifestação. Convidadas pela Liga Independentes das Escolas de Samba (Liesa), 10 delas estão no ato: Vila Isabel, Grande Rio, Salgueiro, Mocidade, Unidos da Tijuca, Império Serrano, Inocentes de Belford Roxo, Imperatriz, União do Parque de Curicica e São Clemente. As agremiações levaram integrantes como mestre-sala e porta-bandeira e bateria. A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) disse que o projeto aprovado no Senado contrariou a vontade da presidente, que desejava o relatório do Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que preservava os campos já licitados e destinava os recursos do pré-sal para a educação. “O texto do Senado é considerado inconstitucional e dá a possibilidade do veto parcial da

presidente”, disse Jandira. “Ela tem a coragem para tomar a decisão mais adequada, preservando os contratos jurídicos perfeitos e sancionar o que é para frente.” O prefeito de Queimados, Max Lemos, também presente no ato, disse que o município recebe R\$ 15 milhões por ano de royalties, que são utilizados na limpeza urbana e na recuperação do Fundo de Previdência. Segundo ele, o município será afetado caso deixe que receber os recursos dos royalties.

Mas, segundo prefeito, a maior perda é indireta. “O estado perderá sua capacidade de investimento, já que no município o estado está realizando obras de saneamento, canalização de rios e asfaltamento de rua na ordem de R\$ 100 milhões”. Outra caravana foi a de Macacé. De acordo com o prefeito Riverton Mussi, ele chegou com 35 ônibus. “O veto é nossa principal expectativa com o ato de hoje, mas não estou plenamente confiante que a presidente Dilma fará isso. Acredito que a decisão vai para o STF.” O deputado federal Cesar Colnago (PSDB-ES) afirmou que o estado capixaba é muito prejudicado por possuir a segunda re-serva de petróleo, e que o projeto não pode mexer em contra-tos e compromissos já firmados. “E, além disso, os royalties são uma compensação ambiental e social. temos a certeza de que a Dilma irá acertar, pois durante o segundo turno da eleição dela em 2010, num discurso em frente ao Palácio Anchieta em Vitória, ela se comprometeu que não prejudicaria sobre o estado produtor.” Para o deputado estadual Luiz Paulo (PSDB-RJ), o evento é um movimento suprapartidário. “Para o Rio e o Espírito Santo, a perda dos royalties é uma tragédia. Acredito que a Dilma irá vetar.” O prefeito de Resende, José Rechuan, disse que caso haja o corte dos royalties imediatamente terá um prejuízo administrativo imediato. Segundo ele, o município terá que remanejar o orçamento para atender as obras de infraestrutura da região, que vem recebendo fortes investimentos de indústrias como a Nissan. “Até 2020, a Nissan terá 20 trabalhadores, o que fará que o município tenha de 50 mil a 80 mil pessoas.”